

Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 71, de 2019

Autoria: Senador Major Olimpio (PSL/SP)

Iniciativa:

Ementa:

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PLS nº 437, de 2018, que altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para dispor sobre a anuência prévia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e revogar a possibilidade de extensão da vigência de patentes além do prazo regular contado da data de depósito, e a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências, para dispor sobre a competência da Agência de avaliar a concessão de patente para produto ou processo farmacêutico.

Assunto: -

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: -

Último local: -

Destino: -

Último estado: 30/10/2019 - TRAMITAÇÃO
ENCERRADA

TRAMITAÇÃO

29/12/2022 CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Ação: Ao Arquivo.

30/10/2019 CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Situação: TRAMITAÇÃO ENCERRADA

Ação: Na 43ª Reunião (Extraordinária) realizada nesta data, a Comissão aprova o requerimento.

25/10/2019 CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 43ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agendada para o dia 30/10/2019.

24/10/2019 CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Ação: Apresentado na Comissão nesta data às 13:04.

Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 71, de 2019

DOCUMENTOS

REQ 71/2019 - CCT

Data: 24/10/2019

Autor: Senador Major Olimpio (PSL/SP)

Local: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Descrição/Ementa: Requer a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PLS nº 437, de 2018, que altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para dispor sobre a anuência prévia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e revogar a possibilidade de extensão da vigência de patentes além do prazo regular contado da data de depósito, e a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências, para dispor sobre a competência da Agência de avaliar a concessão de patente para produto ou processo farmacêutico.